



Macaronesian Maritime Spatial Planning

“EXERCÍCIO SLI.DO – RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DOS PARTICIPANTES”

(1º WORKSHOP DE ENVOLVIMENTO DE INTERESSADOS NO PROCESSO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO DOS AÇORES – RESULTADOS)

Dezembro 2019



Coordinated by



Funded by



Partners



WP name	WP2. Mapping the current conditions and creating a vision for the MSP in Macaronesia
Task name	Task 2.1. Stakeholders engagement
Deliverable Name	-
Due Date of deliverable	-
Actual submission Date	10.12.2019
Citation	Kramel D, Vergílio M, Pegorelli C, Hipólito C, Calado H. 2019. <i>Exercício Sli.do – Respostas às questões dos participantes (1º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores – Resultados)</i> . Deliverable - D.2.2. Azores workshop nº1 - complement report, under the WP2 of <i>MarSP: Macaronesian Maritime Spatial Planning</i> project (GA nº EASME/EMFF/2016/1.2.1.6/03SI2.763106).

Document Information

Document Name	Exercício Sli.do – Respostas às questões dos participantes (1º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores – Resultados)
Document ID	-
Version	3
Version Date	10.12.2019
Author(s)	Diogo Kramel, Marta Vergílio, Camila Pegorelli, Cláudia Hipólito, Helena Calado
Dissemination Level:	Public

History

Version	Date	Modification	Author(s)
1	2019.11.26	First draft version delivered to DRAM and FRCT	Diogo Kramel, Marta Vergílio, Camila Pegorelli, Cláudia Hipólito, Helena Calado
2	2019.12.02	Revision from DRAM	Aida Silva e Gilberto Carreira
3	2019.12.10	Second draft version delivered to DRAM and FRCT	Diogo Kramel, Marta Vergílio
4	2019.12.10	Revision from DRAM	Aida Silva e Gilberto Carreira
5	2019.12.10	Final version delivered to DRAM and FRCT	Diogo Kramel, Marta Vergílio

Sumário

No seguimento da realização do 1º Workshop de envolvimento de interessados no processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, no âmbito do Projeto MarSP (*Macaronesian Maritime Spatial Planning*), o presente documento procura dar resposta às principais questões colocadas pelos participantes durante o primeiro exercício.

O exercício constou de um convite aos participantes para que, com recurso à ferramenta de interação Sli.do, identificassem as duas questões que gostariam de ver respondidas ao longo do projeto MarSP/Ordenamento do Espaço Marítimo nos Açores.

Summary

After the 1st Stakeholders Involvement Workshop in the Process of Maritime Spatial Planning in the Azores, within the framework of the MarSP Project (*Macaronesian Maritime Spatial Planning*), this document intends to answer the main questions posed by the participants during the first exercise.

The exercise consisted of an invitation to the participants, using the Sli.do interaction tool, to identify the two questions they would like to see answered during the MarSP Project/ Maritime Spatial Planning in the Azores.

Enquadramento

O 1º Workshop de Envolvimento de Interessados no Processo de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores teve por objetivo apresentar o projeto MarSP ao nível da Região Autónoma dos Açores (RAA) e, paralelamente, lançar o processo de Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) na Região. O Workshop foi planeado e conduzido de modo a promover o envolvimento dos atores de uma forma transparente e inclusiva, tendo sido organizado em três ilhas em simultâneo (São Miguel, Terceira e Faial), a fim de minimizar o efeito de barreira da dispersão geográfica do arquipélago.

O Workshop foi organizado com o intuito de: i) se compreender o processo a que se propõe o Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores; ii) adquirir conhecimentos específicos para os trabalhos a desenvolver durante a elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo nos Açores (PSOEMA); iii) discutir e validar as opções propostas pela equipa técnica e revistas pela Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM).

Exercício Sli.do

No decorrer do Workshop, os participantes foram convidados a realizar um exercício com recurso à ferramenta de interação Sli.do. Esta ferramenta permite aos participantes responderem a questões de imediato, de forma direta e rápida, sendo apenas necessário abrir um motor de busca no telemóvel, aceder à ligação www.sli.do e inserir o código do respetivo evento. Em alternativa, aos participantes que não possuíam equipamento que permitisse utilizar a ferramenta ou que preferiram não o utilizar, foram distribuídos cartões para registo das suas respostas às duas questões colocadas.

Aquando da chegada e registo dos participantes, foi-lhes solicitado que identificassem ao longo do dia as duas questões que gostariam de ver respondidas ao longo do MarSP/ Ordenamento do Espaço Marítimo nos Açores. Estas questões foram posteriormente analisadas pela equipa do MarSP e respondidas à luz do conhecimento e da informação disponível na altura. A Tabela 1 resume as questões apresentadas pelos participantes.

Tabela 1. Categorização das questões colocadas pelos participantes.

<i>“Quais são as duas questões que gostaria de ver respondidas ao longo do MarSP/OEM nos Açores?”</i>	
Envolvimento dos atores e participação pública	
1	Envolver a população no processo de ordenamento.
2	Qual será o papel das comunidades locais na gestão do espaço marítimo costeiro?
3	Como envolver todos os atores?
4	Como será feita a comunicação e interligação com a sociedade?
5	Como vai ser partilhado o conhecimento e evolução do processo de ordenamento com os atores em geral?
6	Como comunicar/partilhar informação de forma transversal com os atores?
7	Como vão melhorar e garantir a comunicação entre os atores (incluindo as diferentes Secretarias que têm diferentes visões)?
8	Para quando a implementação eficaz dos resultados científicos disponíveis?
9	A articulação com o meio científico, nomeadamente universitário, não deverá ser considerada prioritária?
Estratégia e processo de OEM	
10	Quais os principais objetivos de gestão a definir no OEM dos Açores?
11	Como gerir os recursos naturais e as atividades de forma sustentável nos Açores?
12	Calendarização do processo visando o plano de situação.
13	Para quando se prevê a publicação do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores?
14	Quais as entidades responsáveis pela supervisão, gestão e cumprimento deste Plano?
15	Como se articula a sustentabilidade dos recursos marítimos com os rendimentos da economia do mar? Como pode o OEM contribuir para essa articulação?
16	Quem vai orientar todo o processo, durante e principalmente depois deste processo?
17	Que soluções se encontram para promover a sustentabilidade?
Ordenamento	
18	Compatibilização dos usos de utilização do espaço como se fará essa graduação?

“Quais são as duas questões que gostaria de ver respondidas ao longo do MarSP/OEM nos Açores?”

19	Efetivo ordenamento do espaço marítimo dos Açores.
20	Como será feita a gestão do espaço marítimo junto à costa?
21	A identificação das dinâmicas e inter-relações de usos: efeitos e relações sinérgicas e conflituantes com os respetivos efeitos nos recursos.
22	Ferramentas adaptativas de gestão espacial do OEM.
23	De que forma articulam o OEM dos Açores com o ordenamento do território e das zonas costeiras.
24	Como gerir o espaço?
25	Como se vai respeitar e gerir o património das zonas costeiras?
26	Quais os potenciais conflitos e formas de mitigação?
27	Como resolver os conflitos/ incompatibilidades, nas zonas transfronteiriças, tendo em conta interesses próprios de cada país/ região?
Usos e atividades	
28	Definir e compatibilizar as áreas com os diferentes usos e atividades.
29	Estratégia para a pesca e o turismo.
30	Como vamos articular os dois principais setores que se sobrepõem em termos de utilização espacial - a pesca e os Operadores Marítimo-Turísticos (OMT)?
31	O impacte da mineração do fundo mar na vida dos Açorianos e de todo o oceano que rodeia esses extremos.
32	O futuro do turismo e recreação interligado com o impacte da mineração.
33	A adaptação da gestão das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) a uma abordagem de gestão participada.
34	Ferramentas que permitam a gestão de conflitos entre atividades extrativas e não extrativas.
35	Como será conciliado o uso lúdico e o uso económico do OEM?
36	Para quando a criação de reservas marinhas bem dimensionadas e projetadas nos Açores?
37	Que usos potenciais poderão ser definidos no plano e estratégia, no processo do OEM nos Açores, tendo em conta o incremento da Economia do Mar?
38	Porque que não é criada uma proteção dos bancos (submarinos), para que não seja permitida a pesca, salvaguardando um espaço para o seu desenvolvimento?
Monitorização e fiscalização	

“Quais são as duas questões que gostaria de ver respondidas ao longo do MarSP/OEM nos Açores?”

39	E a preservação dos espaços de forma estratégica e sustentável, será mensurável?
40	Como e por quem será feita a fiscalização e gestão do espaço marítimo?
41	Como será efetuada a monitorização/avaliação da eficácia das medidas de gestão adotadas?
42	Como vão medir o sucesso do Plano de OEM dos Açores?
43	Como serão efetivados mecanismos rigorosos e eficazes de fiscalização?
44	Como será promovida e valorizada a experiência das empresas no que concerne aos compromissos ambientais e sociais na comunidade?
45	Como a falta de recursos de patrulhamento e vigilância de uma área tão imensa pode afetar o alcance destes objetivos?
46	Que medidas seriam adotadas para uma eficaz fiscalização?

1. Envolvimento dos atores e participação pública

1) Envolver a população no processo de ordenamento.

O envolvimento da população durante o MarSP decorreu através de processos de consulta com atores locais em diversos setores de atividade na forma de três workshops e entrevistas, com o objetivo de entender os pontos de vista sobre diversos usos e atividades no espaço marítimo nos Açores. Está também disponível um portal online, que vem garantir o acesso à informação e facilitar a participação pública e a consulta de informação geográfica (ligação ao geoportal SIGMAR-Açores) e de legislação relativa ao espaço marítimo, bem como constituir uma interface com o utilizador para os processos de licenciamento de usos e atividades no mar

2) Qual será o papel das comunidades locais na gestão do espaço marítimo costeiro?

A gestão do espaço marítimo tem como objetivo atingir metas nos âmbitos social, económico e ambiental e, dessa forma, deve englobar as expectativas, oportunidades e conflitos presentes nas comunidades locais, através de encontros para promover o debate, para desenvolvimento e validação da estratégia adotada durante o planeamento, e, ainda, participação na execução, monitorização e revisão das ações tomadas.

3) Como envolver todos os atores?

Os atores foram convidados a participar ativamente nos três workshops regionais e outras reuniões relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos, onde tiveram a oportunidade de partilhar as suas impressões e colaborar diretamente no processo de planeamento. Ainda, são vários os atores regionais que se encontram representados na Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores (CIAMA), que faz o acompanhamento do processo de ordenamento do espaço marítimo na RAA e que atua como Comissão Consultiva do Plano de Situação (PSOEMA), bem como nos Grupos de Trabalho temáticos, criados com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de aspetos setoriais específicos do PSOEMA.

4) Como será feita a comunicação e interligação com a sociedade?

Diversos segmentos da sociedade civil estão representados nos Grupos de Trabalho do PSOEMA através de associações, líderes e representantes que, por sua vez, terão a possibilidade de abordar as principais questões que concernem os grupos que estes representam.

5) Como vai ser partilhado o conhecimento e evolução do processo de ordenamento com os atores em geral?

Ao longo do desenvolvimento do MarSP, consultas públicas são realizadas para integrar os atores no processo de ordenamento e comunicar de que forma este se desenvolve. Virtualmente são disponibilizadas atualizações em relação ao progresso do projeto, bem como resultados preliminares são partilhados nos portais online, via email e outros canais

de comunicação do projeto, bem como apresentados ao público em eventos, como as conferências realizadas ao longo do projeto.

6) Como comunicar/partilhar informação de forma transversal com os atores?

A partilha de informação tem ocorrido através da apresentação dos resultados relevantes para o OEM do projeto MarSP em conferências e workshops organizados com os stakeholders. Um relatório que resume as principais conclusões será enviado aos atores envolvidos e compartilhado com a sociedade no site do projeto e restantes canais de comunicação.

7) Como vão melhorar e garantir a comunicação entre os atores (incluindo as diferentes Secretarias que têm diferentes visões)?

A integração entre os atores irá ser garantida através da implementação de medidas que promovam o diálogo e a gestão participativa, identificando os atores envolvidos - sociedade civil, instituições privadas e públicas - conciliando objetivos através da responsabilização dos atores para o desenvolvimento, cumprimento e execução do planeamento dando voz a comunidade local. Por outro lado, os vários departamentos do Governo Regional dos Açores com competências diretas ou indiretas em matérias relativas ao mar estão representados na Comissão Consultiva do PSOEMA e nos respetivos Grupos de Trabalho, facilitando a articulação e concertação entre os diferentes atores.

8) A articulação com o meio científico, nomeadamente universitário, não deverá ser considerada prioritária?

O meio científico é parte inerente do processo de ordenamento. Graças à articulação com a academia, o ordenamento conta com a participação direta e indireta de investigadores, professores e académicos visando aplicar o estado de arte de métodos científicos para promover um maior entendimento dos recursos marinhos dos Açores.

9) Para quando a implementação eficaz dos resultados científicos disponíveis?

Vide resposta à questão 42.

2. Estratégia e processo de OEM

10) Quais os principais objetivos de gestão a definir no OEM dos Açores?

Os principais objetivos são desenvolver ações concretas para aplicar a Diretiva 2014/89/EU que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo, incluindo mecanismos de cooperação transfronteiriça, além de firmar a posição geoestratégica dos Açores no contexto do país, do espaço da União Europeia, enquanto região ultraperiférica, e do oceano Atlântico, a nível internacional, integrando ao mesmo tempo estratégias de

crescimento azul e de desenvolvimento sustentável. Os objetivos específicos de gestão resultantes do MarSP podem ser encontrados no "Regional report on MSP objectives".

11) Como gerir os recursos naturais e as atividades de forma sustentável nos Açores?

A referência para o OEM no que se refere à sustentabilidade da utilização dos recursos naturais é o pilar ambiental da política marítima integrada, a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (Diretiva 2008/56/CE) está garantida através de onze indicadores de bom estado ecológico que devem ser alcançados de acordo com a diretiva quadro estratégia marinha estabelecida pela União Europeia. Para assegurar este estado, um processo contínuo de planeamento, monitorização e revisão será implementado.

12) Calendarização do processo visando o plano de situação.

Prevê-se que seja disponibilizada a primeira versão do Plano de Situação para consulta pública em 2020.

13) Para quando se prevê a publicação do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores?

A publicação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores depende da prossecução de várias etapas, que devem anteceder a própria publicação, nomeadamente a sujeição a avaliação ambiental estratégica (e respetivo relatório ambiental), a emissão de parecer final da comissão consultiva, o cumprimento de eventual processo de concertação, a disponibilização dos documentos para discussão pública e a realização de sessões publicas consulta, a integração de contributos da discussão pública, e por fim, a aprovação em sede de Governo Regional e subseqüentemente em sede de Governo.

14) Quais as entidades responsáveis pela supervisão, gestão e cumprimento deste Plano?

A Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM), da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT), é o serviço da administração regional com competências para coordenar o Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (OEMA), incluindo a elaboração dos seus instrumentos legais de gestão, de acordo com a alínea b) do artigo 24.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro. As entidades que compõem a proposta de quadro de governança do Plano de Situação referente ao espaço marítimo adjacente ao arquipélago dos Açores constam do Volume I - , tendo sido baseado na CIAMA, nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 47/2017 de 26 de maio, bem como nas disposições constantes do capítulo V do Decreto-Lei n.º 38/2015 de 12 de março.

15) Como se articula a sustentabilidade dos recursos marítimos com os rendimentos da economia do mar? Como pode o OEM contribuir para essa articulação?

O Plano de Situação, enquanto instrumento do OEM, prioriza as soluções que determinem uma utilização sustentável do espaço marítimo, numa ótica de compatibilização de usos e atividades e de minimização e mitigação de conflitos, para além de que a distribuição

espacial e temporal dos usos e das atividades existentes e potenciais tem em consideração os valores naturais e culturais relevantes para a sustentabilidade ambiental (e.g. áreas marinhas protegidas, áreas de especial interesse para a conservação, parques arqueológicos subaquáticos, etc.). Por outro lado, a utilização privativa do espaço marítimo mediante reserva de espaço determina que se adotem as medidas necessárias para a obtenção, manutenção ou restabelecimento do bom estado ambiental do meio marinho.

16) Quem vai orientar todo o processo, durante e principalmente depois deste processo?

Vide resposta à questão 14.

17) Que soluções se encontram para promover a sustentabilidade?

Para garantir a sustentabilidade no uso dos recursos marinhos nos Açores será implementada uma gestão baseada nos ecossistemas (EBM) que reconhece as interações dentro do ecossistema, incluindo os usos humanos, de forma integrada e sistemática.

3. Ordenamento

18) Compatibilização dos usos de utilização do espaço como se fará essa graduação?

A compatibilização das atividades será realizada através da harmonização espacial e temporal de usos em busca de sinergias entre setores, aplicando as recomendações mais recentes de multiusos nos mares europeus (projeto MUSES).

19) Efetivo ordenamento do espaço marítimo dos Açores.

O ordenamento do espaço marítimo o âmbito do MarSP é desenvolvido seguindo a Diretiva 2014/89/EU, de 23 de julho, que estabelece o quadro para implementação do OEM, aplicada através da metodologia "MSP: step-by-step approach" desenvolvida pela Unesco.

20) Como será feita a gestão do espaço marítimo junto à costa?

21) A identificação das dinâmicas e inter-relações de usos: efeitos e relações sinérgicas e conflitantes com os respetivos efeitos nos recursos.

A análise dos efeitos positivos e negativos nos recursos será analisada sob a ótica da gestão baseada nos ecossistemas (EBM) que provê uma visão holística sobre a relação entre usos e recursos de forma integrada, incluindo o papel do ser humano.

22) Ferramentas adaptativas de gestão espacial do OEM.

A gestão espacial será garantida através da espacialização de usos e atividades nos Açores, devendo incluir, após o MarSP, um processo de revisão e monitorização periódica para garantir que a gestão adaptativa do plano implementado.

23) De que forma articulam o OEM dos Açores com o ordenamento do território e das zonas costeiras.

O MarSP integra no seu âmbito a interação entre mar e terra (LSI - Land-Sea Interaction) que leva em conta as atividades que estendem na zona costeira. Estas são analisadas tendo em conta as classes de espaço dos Planos de Ordenamento de Orla Costeira.

24) Como gerir o espaço?

O espaço marítimo dos Açores será gerido fazendo cumprir a legislação vigente referente ao OEM e a legislação setorial, de âmbito regional e nacional, e seguindo-se a abordagem metodológica estabelecida no processo de OEMA.

25) Como se vai respeitar e gerir o património das zonas costeiras?

A zona costeira terá seus valores materiais e imateriais respeitados no âmbito do OEM, a fim de preservar os serviços dos ecossistemas em harmonia com os usos e atividades vigentes.

26) Quais os potenciais conflitos e formas de mitigação?

Os potenciais conflitos identificados abrangem as esferas social, económica e ambiental, manifestando-se através da partilha e/ou do uso desregulado dos recursos marinhos. Através do OEMA, os potenciais conflitos são identificados a fim de que soluções equidistantes seja adotadas, sempre que possível.

27) Como resolver os conflitos/ incompatibilidades, nas zonas transfronteiriças, tendo em conta interesses próprios de cada país/ região?

A cooperação transfronteiriça será promovida dentro do contexto do MarSP, através da realização de projetos conjuntos, partilhando conhecimento e troca de boas práticas, procurando garantir a coesão social, económica e ambiental.

4. Usos e atividades

28) Definir e compatibilizar as áreas com os diferentes usos e atividades

A compatibilização das atividades será realizada através da harmonização espacial e temporal de usos em busca de sinergias entre sectores, aplicando as recomendações mais recentes de multiusos nos mares europeus (projeto MUSES).

29) Estratégia para a pesca e o turismo.

Enquanto setores de atividade, a pesca e o turismo no espaço marítimo dos Açores terão que seguir o enquadramento legal estabelecido a nível europeu, nacional e regional. O OEMA terá em consideração a pesca enquanto importante atividade que se desenvolve no espaço marítimo dos Açores, no entanto, a estratégia a definir para cada um dos setores deverá incluir o envolvimento das entidades competentes, nomeadamente da Direção Regional das Pescas (DRP), da Direção Regional do Turismo (DRTu) e da Direção Regional dos Transportes (DRT).

Na perspetiva dos multi-usos ou dos usos múltiplos do espaço marítimo, uma estratégia conjunta para os setores da pesca e do turismo poderá passar pela criação de sinergias, que podem ser exploradas fazendo com que estas atividades se beneficiem mutuamente. Entre as possibilidades está a Pescaturismo, que dispõe já de enquadramento legal na Região dos Açores. É importante ressaltar que a Pescaturismo é diferente da pesca turística ou recreativa, uma vez que a Pescaturismo se caracteriza pelo embarque do turista a bordo de embarcação registada no exercício da pesca comercial para lazer, enquanto a segunda não decorre a bordo de embarcações de pesca.

30) Como vamos articular os dois principais setores que se sobrepõem em termos de utilização espacial - a pesca e os Operadores Marítimo-Turísticos (OMT)?

Ao longo do desenvolvimento do plano de OEM dos Açores os usos e atividades são analisados sob a ótica de possíveis sinergias a fim de integrar diferentes setores espacial e temporalmente. Além da integração das atividades, opções como zonamento e partilha de espaços podem ser consideradas.

31) O impacto da mineração do fundo mar na vida dos Açorianos e de todo o oceano que rodeia esses extremos.

O potencial impacto da mineração do fundo continuará a ser avaliado em projetos de investigação específicos, cujo resultado servirá para informar o eventual desenvolvimento destas atividades. Atendendo a que, à presente data, não se registaram propostas de uso espacial para essa atividade, a qual carece inclusivamente de regulamentação, não serão previstas, nesta fase, áreas potenciais para o seu desenvolvimento no Plano de Situação.

32) O futuro do turismo e recreação interligado com o impacto da mineração.

De acordo com os mais recentes estudos em multiusos em mares europeus (MUSES), não são esperados conflitos espaciais entre os setores de turismo e mineração de mar profundo, em especial porque os recursos metálicos nos Açores se encontram em áreas pouco utilizados pelo setor do turismo.

33) A adaptação da gestão das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) a uma abordagem de gestão participada.

A participação das entidades governamentais e administrativas em conjunto com a comunidade local é essencial para a sustentabilidade a longo prazo das AMPs. Para tanto,

serão considerados mecanismos de participação que identificam os atores nas comunidades locais, promovendo responsabilização, cumprimento, execução, avaliação da eficácia e financiamento da gestão. O OEMA terá em consideração os resultados do processo atual de revisão da rede de AMP dos Açores, do desenvolvimento dos planos de gestão e da expansão da rede de AMP. Não será objeto do OEMA a criação de novas AMP, mas sim a integração de toda a informação relativa às AMP classificadas, em vias de classificação e às áreas de interesse para a conservação.

34) Ferramentas que permitam a gestão de conflitos entre atividades extrativas e não extrativas.

Eventuais conflitos entre atividades serão geridos através da compatibilização de usos, integrando atividades se possível, ou através de métodos de zonamento espacial e temporal para que os recursos estejam igualmente disponíveis aos atores.

35) Como será conciliado o uso lúdico e o uso económico do OEM?

O OEM deverá integrar no seu desenvolvimento uma análise dos serviços ecossistémicos nos Açores. Dentro desta metodologia, uma das quatro categorias destina-se a atividades culturais e recreativas, garantindo que estas atividades são respeitadas em prol do bem-estar da sociedade.

36) Para quando a criação de reservas marinhas bem dimensionadas e projetadas nos Açores?

Não é objeto do OEM a criação de AMP, mas sim a integração de toda a informação relevante à conservação

37) Que usos potenciais poderão ser definidos no plano e estratégia, no processo do OEM nos Açores, tendo em conta o incremento da Economia do Mar?

Dentro do contexto dos Açores, há usos potenciais que podem trazer benefícios sociais e económicos, tais como a aquacultura, biotecnologia marinha, o turismo, etc.

38) Porque que não é criada uma proteção dos bancos (submarinos), para que não seja permitida a pesca, salvaguardando um espaço para o seu desenvolvimento?

Restrições à pesca não está nas atribuições do OEM, mas sim regulamentado ao abrigo do quadro legal da pesca

5. Monitorização e fiscalização

39) E a preservação dos espaços de forma estratégica e sustentável, será mensurável?

Sim, para tanto serão desenvolvidos indicadores para monitorização e avaliação, de acordo com o “MSP Indicators and Monitoring regional report”, desenvolvido no âmbito do projeto MarSP, afim de monitorizar locais estratégicos e tomando ações se necessário.

40) Como e por quem será feita a fiscalização e gestão do espaço marítimo?

A fiscalização compete às autoridades com competências e atribuições na área, no cumprimento da legislação aplicável.

41) Como será efetuada a monitorização/avaliação da eficácia das medidas de gestão adotadas?

A avaliação será feita através de indicadores, monitorização e avaliação seguindo recomendações do “Handbook on MSP indicators development”, que faz parte do estudo “Maritime Spatial Planning (MSP) for blue growth”. Estes indicadores (qualitativos e quantitativos) permitem que os atores avaliem e entendam o desempenho do plano em relação aos objetivos estabelecidos no OEM.

42) Como vão medir o sucesso do Plano de OEM dos Açores?

A avaliação da implementação do Plano de Situação referente ao espaço marítimo dos Açores é competência da CIAMA, nos termos da alínea c) do número 2 da Resolução do Conselho do Governo n.º 47/2017 de 26 de maio. A nível nacional, de acordo com o n.º 1 do Art. 87.º do Decreto-Lei n.º 38/2015 de 12 de março, compete à Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) promover a permanente avaliação dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional.

43) Como será promovida e valorizada a experiência das empresas no que concerne aos compromissos ambientais e sociais na comunidade?

As várias entidades do setor privado ligado à economia do mar fazem parte do conjunto de atores que foram convidados a participar ativamente nos workshops regionais de participação pública, tendo sido integrados e valorizados os seus contributos no que concerne aos objetivos e cenários para o OEM, nas suas componentes ambiental e social. É reconhecido o direito de todos os cidadãos, bem como as associações científicas, profissionais, sindicais e empresariais, direta ou indiretamente associadas às atividades marítimas, a participar na elaboração, alteração, revisão e avaliação dos instrumentos de OEM:

44) Como a falta de recursos de patrulhamento e vigilância de uma área tão imensa pode afetar o alcance destes objetivos?

A limitação nos recursos financeiros para fiscalização implica que métodos alternativos e mais eficazes devem ser aplicados, tendo em vista a prevenção de infrações através de programas de consciencialização dos atores e monitorização remota com uso de recursos tecnológicos.

45) Que medidas seriam adotadas para uma eficaz fiscalização?

As entidades responsáveis pela implementação e monitorização do OEMA farão recomendações periódicas às entidades competentes com responsabilidades sobre a fiscalização do Espaço Marítimo Nacional.

46) Como serão efetivados mecanismos rigorosos e eficazes de fiscalização?

A fiscalização das atividades no espaço marítimo, atendendo às suas dimensões, precisa ser conduzida de forma a direcionar esforços que promovam o conhecimento dos utilizadores sobre as normas legais aplicáveis e que reforcem a necessidade de a legislação ser respeitada. Para o efeito, considera-se útil a realização de programas de sensibilização dos principais atores. No entanto, considerando as competências definidas para cada entidade com envolvimento no processo, as entidades responsáveis pela implementação e monitorização do OEMA farão recomendações periódicas às entidades competentes com responsabilidades sobre a fiscalização do Espaço Marítimo Nacional.